

POSSE DE PLANO DE SAÚDE NA POPULAÇÃO ADULTA DO MARANHÃO: DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E FATORES ASSOCIADOS

Andressa Carine Kretschmer

kretschmerandressa@gmail.com

Introdução: A posse de plano de saúde reflete importantes desigualdades no acesso aos serviços de saúde no Brasil. **Objetivo:** Analisar a distribuição da posse de plano de saúde na população adulta residente no estado do Maranhão. **Metodologia:** Estudo transversal, de base populacional, com dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. Foram incluídos 17.327 indivíduos adultos residentes no Maranhão com resposta válida para a variável de desfecho. Realizou-se análise descritiva e analítica, com aplicação do teste do qui-quadrado de Pearson e razões de prevalência (RP), adotando nível de significância de 5%. **Resultados:** A prevalência de posse de plano de saúde foi de 4,7% (n=814), evidenciando baixa cobertura na população estudada. Entre os indivíduos com plano de saúde, observou-se maior proporção de mulheres (54,3%; n=442) em comparação aos homens (45,7%; n=372). Entre os indivíduos que possuíam plano, a distribuição por renda foi de 31,6% (n=257) para aqueles com renda de 0 a 1 salário mínimo, 51,0% (n=415) entre 1 e 3 salários mínimos e 17,4% (n=142) com renda superior a 3 salários mínimos. Na análise de regressão, considerando como referência o grupo de maior renda (>3 salários mínimos), observou-se que indivíduos com menor renda apresentaram menor probabilidade de possuir plano de saúde. Aqueles com renda de 0 a 1 salário mínimo apresentaram RP=1,263 (IC95%: 1,221–1,307; p<0,001) e os com renda entre 1 e 3 salários mínimos apresentaram RP=1,162 (IC95%: 1,122–1,203; p<0,001). Quanto à escolaridade, observou-se maior frequência de posse de plano entre indivíduos com maior nível de instrução, com 43,2% (n=221) entre aqueles com ensino superior ou mais, 46,3% (n=237) com ensino médio e 10,5% (n=54) com até ensino fundamental. Adicionalmente, entre os indivíduos com plano de saúde, a maioria apresentou autopercepção positiva de saúde (75,7%; n=616), enquanto 24,3% (n=198) relataram percepção negativa. **Conclusão:** Os achados destacam a centralidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e a necessidade de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais em saúde.

Palavras-chave: Acesso aos Serviços de Saúde; Desigualdades em Saúde; Epidemiologia

Área Temática: Temas Livres em Saúde Pública